

**UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARCELLA GOMES RONCADA

**AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA PAZ (1919) DE
JOHN MAYNARD KEYNES: (CON)TEXTO E PENSAMENTO
ECONÔMICO**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

SÃO PAULO

2022

MARCELLA GOMES RONCADA

**AS CONSEQUÊNCIAS ECONÔMICAS DA PAZ (1919) DE
JOHN MAYNARD KEYNES: (CON)TEXTO E PENSAMENTO
ECONÔMICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Econômicas da Universidade Presbiteriana Mackenzie, *Campus* Higienópolis, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Prof. Ms. Daniel Carvalho de Paula

SÃO PAULO

2022

Este trabalho é dedicado à minha família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus avós por todo o apoio emocional e financeiro que me proporcionaram ao longo desses quatro anos de graduação.

Agradeço ao meu pai por todo o incentivo aos estudos que me ofereceu desde pequena, além da ajuda financeira para a realização do curso.

Agradeço ao meu namorado Guilherme pela paciência em aguentar as minhas reclamações e carinhosamente ter me buscado no metrô depois da aula, apesar do cansaço extremo.

Agradeço às minhas irmãs Karen e Paola a quem amo profundamente e foram fonte de alegria durante esse período.

Agradeço meu orientador, professor Daniel, por sua orientação atenciosa e prestativa.

Por fim, agradeço à Universidade Presbiteriana Mackenzie e ao seu excelente corpo docente pelo ensino e pela contribuição à minha formação acadêmica e profissional.

“As virtudes mais comuns dos indivíduos faltam muitas vezes nos porta-vozes das nações; o estadista que representa não a si mesmo, mas o seu país, pode ser vingativo, pérfido e egoísta sem ser excessivamente culpado – como registra a história. Essas características são comuns nos tratados impostos pelos vencedores.”

(John Maynard Keynes)

RESUMO

A Primeira Guerra Mundial foi devastadora aos países envolvidos, especialmente àqueles derrotados como a Alemanha. Suas populações sofreram expressivas perdas humanas e suas economias foram duramente atingidas. Em virtude ao conflito, os países vencedores estabeleceram duras imposições aos perdedores por meio do Tratado de Versalhes, em que foram impostos pagamentos à Alemanha por sua responsabilidade no conflito. John Keynes, economista britânico que esteve presente na Conferência de Paris onde foram realizadas as sessões para a formulação do Tratado, se opôs às medidas definidas ali. O objetivo central deste trabalho é abordar e analisar a obra *As Consequências Econômicas da Paz*, publicada em 1919, sobre a opinião do autor referente às reparações contidas no Tratado. Propõe-se apresentar os argumentos que Keynes utilizou para sustentar a sua tese de que os pagamentos estavam além da capacidade alemã e que o Tratado tinha como objetivo a destruição de sua economia.

Palavras-chave: John Keynes. Tratado de Versalhes. Primeira Guerra Mundial. Conferência de Paris.

ABSTRACT

World War I was devastating for the countries involved, especially for those defeated like Germany. Their populations suffered significant human losses and their economies were hardly hit. Due to the conflict, the winners established harsh impositions on the losers through the Treaty of Versailles, in which payments were imposed on Germany for its responsibility in the conflict. John Keynes, a British economist who was present at the Paris Conference where the sessions for the formulation of the Treaty were held, opposed to the measures defined there. The main objective of this work is to address and analyze the work *The Economic Consequences of the Peace*, published in 1919, about the author's opinion regarding the reparations contained in the Treaty. It proposes to present the arguments that Keynes used to support his thesis that the payments were beyond the German capacity and that the Treaty had as objective the destruction of its economy.

Keywords: John Keynes. Treaty of Versailles. First World War. Paris Conference.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OBJETIVOS	5
2.1 GERAL	5
2.2 ESPECÍFICOS	5
3 JUSTIFICATIVA	7
4 REFERENCIAL TEÓRICO	12
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES	13
5.1 BIOGRAFIA DE JOHN MAYNARD KEYNES	13
5.2 CONTEXTO HISTÓRICO.....	16
5.3 O TRATADO DE VERSALHES.....	19
5.4 AS REPARAÇÕES.....	25
5.5 PENSAMENTO ECONÔMICO DE KEYNES.....	31
5.6 IDEIAS DIVERGENTES.....	37
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

Nesse estudo será feita uma análise acerca da obra do economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946), “As Consequências Econômicas da Paz”. Ela foi originalmente publicada em 1919 logo após a Conferência de Paz de Paris, onde foram conduzidas discussões sobre as reparações que os países derrotados na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) teriam de realizar aos países vencedores. Dessa conferência foi produzido o Tratado de Versalhes, cujo objetivo foi encerrar oficialmente o conflito. Foram seis meses de negociação com os países envolvidos, entre eles Alemanha, França, Reino Unido, Estados Unidos e Itália. Do tratado foi estabelecido que a Alemanha era a principal responsável pelo conflito e que, portanto, seria de sua responsabilidade indenizar e reparar os danos sofridos pelos países vencedores. (KEYNES, J. 2002, p. 39)

Keynes participou da Conferência de Paris pois na época era secretário do Tesouro Britânico e gozava de uma boa reputação devido ao seu trabalho na esfera pública. Foi escolhido e enviado como conselheiro do Governo Britânico para acompanhar as discussões referentes aos pontos levantados durante a conferência. No entanto, diferente do que se esperava, Keynes era contrário às medidas discutidas pelos presentes membros. Ele se opunha às soluções apresentadas como forma de reparação ao dano causado pela guerra aos países envolvidos, especialmente no tocante à Alemanha. Argumentava ele que as reparações que estavam sendo designadas à Alemanha eram injustas e que ela não teria condições financeiras em honrá-las. Além disso, Keynes foi muito crítico aos governantes presentes pois essas reparações tinham o intuito de punir Alemanha, destruir sua economia e arruinar a vida de seus cidadãos. (KEYNES, J. 2002, p. 39)

Dessa forma, o autor publica sua obra que imediatamente após seu lançamento se torna um grande sucesso. Keynes ganha fama mundial e se consolida com uns dos economistas de maior sucesso da época. Dada sua importância histórica, a obra “As Consequências Econômicas da Paz” será analisada e estudada a fim de entender qual foi a linha de pensamento econômico adotada por Keynes como proposta para reestruturação da economia europeia dado o contexto histórico do pós Guerra e suas implicações na formulação de futuras políticas econômicas que seriam

adotadas por outros países mais adiante. Tendo em vista de que o autor esteve presente durante a Conferência de Paris, pode-se utilizar a obra como fonte para aproximação ao contexto e ideias econômicas que circularam à época através das lentes únicas do autor.

Com o lançamento da obra “As Consequências Econômicas da Paz”, Keynes se consolida com um dos principais economistas de sua época devido ao destaque obtido com a publicação de suas ideias contrárias ao Tratado de Versalhes.

É proveitoso para o entendimento do contexto da época uma leitura detalhada e minuciosa da obra, pois ela apresenta uma vasta discussão sobre o ambiente político e econômico da Europa antes e depois da guerra. A obra ajudará a entender como o Tratado de Versalhes não somente foi ineficaz devido às condições impostas que eram impossíveis de serem atendidas pelos países derrotados, especialmente a Alemanha, como auxilia na compreensão do surgimento do III Reich 14 anos depois do término da Guerra. Certamente as reparações que foram impostas à Alemanha provocariam uma revolta social entre seus cidadãos, somado às condições econômicas de um país devastado pela Guerra em que contribuiria para um ambiente político instável nos anos seguintes. Seria o ambiente ideal para a ascensão de uma ideologia como o nazismo e um líder político como Hitler. De acordo com Roger B. Myerson (2004, p. 187, tradução nossa):

O desastre da República de Weimar é uma das grandes tragédias da história. Em 1919, em Weimar e Versalhes, grandes líderes nacionais com alguns dos melhores consultores especializados da época se reuniram para estabelecer um sistema novo e melhor para a Alemanha e o mundo. Mas eles fizeram escolhas que de alguma forma levaram ao resultado que eles mais buscavam evitar: a ascensão na Alemanha do brutal e agressivo regime nazista. Ler a história desses tempos é ser assombrado pelo fracasso absoluto dos grandes líderes nessas conferências.

“As Consequências Econômicas da Guerra” é uma das obras de Keynes de maior prestígio e que causaram maior impacto social junto com sua obra de 1936 “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”. Dentro da História do Pensamento Econômico, ela participa na discussão a respeito da economia do século XX do continente europeu. Embora seja uma obra com uma ampla discussão histórica sobre o período mencionado, ela traz informações pertinentes acerca do cenário econômico causado pela Primeira Guerra Mundial e pelo Tratado de Versalhes.

Na obra, o autor discorre sobre vários pontos, entre eles o cenário sociopolítico da Europa antes e após a guerra, a Conferência da Paz de Paris, o Tratado de Versalhes e, dedica exaustivamente, um capítulo às reparações resultantes do acordo entre os aliados. Keynes foi muito enfático em expressar a sua opinião contrária às medidas estabelecidas contra os países do eixo. Foi por conta desse posicionamento que a obra na época obteve grande destaque, tornando-se um fenômeno instantâneo, como afirma Ann Pettifor em artigo para Nature em 2019 (tradução nossa):

Keynes, então no início de sua carreira em economia, havia participado da Conferência de Paz de Paris, onde o tratado foi redigido, como conselheiro do governo britânico. Ele saiu em protesto. Seu livro escrito às pressas foi, e continua sendo, um fenômeno editorial. Apenas um ano depois, As Consequências Econômicas da Paz foi traduzido para 12 idiomas e 100.000 cópias foram vendidas em todo o mundo. Na década de 1930, Keynes havia se tornado um dos economistas mais influentes da história. Seu livro nunca foi esgotado.

Sua análise sobre a situação econômica da Europa é minuciosa e detalhista. Como Keynes à época era secretário do Tesouro Britânico, havia em sua análise a preocupação em conduzir o leitor a entender a real situação da Europa, pois logo no início da obra são abordados diversos temas, entre eles como estava estruturada a sociedade europeia, qual era a sua visão no tocante ao trabalho e acumulação de riqueza, como ocorriam as relações econômicas entre os países membros, como se relacionava a Europa com os Estados Unidos etc. O autor faz questão de que seu leitor compreenda os detalhes abordados pois eles serão essenciais para o entendimento de seu parecer contrário ao Tratado de Versalhes.

A investigação sobre a conjuntura econômica da Europa é fascinante. A obra é uma excelente fonte de conhecimento para estudo sobre uma época de grande notoriedade da história moderna. Keynes contribui com o seu profundo e inigualável entendimento sobre as finanças da Alemanha e outros países, como as medidas admitidas no Tratado seriam desastrosas à Europa, de que forma elas provocariam a destruição do sistema econômico europeu e quais poderiam ser alternativas justas praticadas à época. Keynes de modo algum considerou que a Alemanha não deveria ser punida e ter de cooperar com a restauração dos países que ela atacou. Por

compreender a sua capacidade de pagamento, ele propôs medidas que poderiam ser honradas por este país e iriam beneficiar a todos os envolvidos na guerra.

Durante a leitura da obra, é evidente que Keynes tinha como sua prioridade separar as paixões daquilo que considerava racional e factível. Por muitas vezes é discorrido o papel exercido pelo então primeiro-ministro francês Georges Clemenceau que tinha em sua postura o comportamento vingativo e punitivo em relação à Alemanha. O autor visualizava que a postura do estadista era prejudicial ao Tratado, pois não havia racionalidade econômica nas medidas defendidas por ele. Keynes se atentava aos fatos e defendida com brilhante elegância ancorado por extensivos dados corroborativos.

Por fim, o presente estudo irá envolver uma análise sobre o momento histórico da obra, o Tratado de Versalhes e quais eram os pontos que John Keynes defendeu com a publicação de “As Consequências Econômicas da Paz”. Será abordado de maneira sucinta o pensamento econômico de Keynes que originou o keynesianismo, de que forma ele se relaciona com a obra de 1919 e serão apresentadas algumas ideias contrárias às defendidas pelo autor.

2 OBJETIVOS

2.1 GERAL

Os objetivos gerais desse trabalho consistem em analisar a obra de Keynes para compressão do pensamento econômico do autor com destaque aos efeitos das medidas adotadas pelo Tratado de Versalhes e como elas afetaram os países perdedores da Primeira Guerra Mundial, em especial a Alemanha. Além disso, é esperado relacionar as ideias defendidas pelo autor ao contexto histórico da obra.

2.2 ESPECÍFICOS

Pode-se dividir os objetivos específicos deste trabalho em 3, sendo eles: objetivos exploratórios, descritivos e explicativos.

Do primeiro grupo, os objetivos exploratórios consistem em descobrir como era o cenário político e econômico da Europa pré-Primeira Guerra Mundial. Identificar como sua economia estava organizada e quais eram os setores essenciais para o seu funcionamento e identificar de que forma eles foram afetados pelo conflito bélico. Além disso, descobrir quais setores foram diretamente afetados e identificar as consequências causadas neles após o término da guerra. No tocante ao Tratado de Versalhes, descobrir como ele impactou a economia dos países envolvidos, em especial à Alemanha. Identificar de que forma as reparações impostas a ela não poderiam ser honradas e como iriam prejudicar demasiadamente sua economia já destruída.

Do segundo grupo, os objetivos descritivos consistem em descrever o cenário econômico da Europa no pré-Guerra, apontando suas características. Indicar de que forma o conflito afetou a economia dos países envolvidos e de que forma ele prejudicou os setores produtivos. O trabalho tem como objetivo apontar como foi o surgimento da Conferência de Paris, quais países foram selecionados para participarem dela e de que forma foram feitos os debates. Em relação ao Tratado de Versalhes, apontar seus principais pontos e descrevê-los, demonstrando como eles seriam prejudiciais à economia alemã. Elaborar de que forma eles eram incompatíveis

com a capacidade da Alemanha em honrá-los e indicar quais seriam as alternativas viáveis que poderiam ter sido adotadas pelos membros da Conferência de Paris. Descrever as ideias econômicas de Keynes para a reestruturação dos países envolvidos a fim de recuperar o funcionamento de suas economias.

Do terceiro grupo, os objetivos explicativos consistem em analisar e explicar como era a Europa no pré-guerra, como era sua economia, a dinâmica econômica e os principais setores produtivos. Analisar como a Primeira Guerra afetou todos esses pontos. Demonstrar como a economia europeia foi alterada no decorrer do conflito. Analisar e explicar como o Tratado de Versalhes foi criado e quais suas motivações. Analisar as consequências causadas na economia alemã nos anos seguintes e como isso impactou seu cenário político. Por fim, demonstrar como o Tratado foi decisivo na ocorrência da Segunda Guerra Mundial e relacionar o caráter punitivista e vingativo do Tratado à Alemanha com o surgimento do nazismo anos seguintes. Além disso, analisar ideias contrárias à obra.

3 JUSTIFICATIVA

A justificativa deste trabalho é devida à importância histórica dos eventos que circunscrevem a escrita da obra “As Consequências Econômicas da Paz”. Certamente a Primeira Guerra Mundial foi um divisor histórico no século XX dado o envolvimento dos países participantes e a magnitude das consequências geradas. Elas repercutiram mundo afora e não ficaram restritas à Europa. Seus efeitos foram sentidos por gerações seguintes ao conflito. Pode-se afirmar que a guerra remodelou as estruturas políticas, sociais e econômicas do mundo à época e que suas consequências foram um “efeito dominó”. O exemplo mais claro é a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Vinte e um anos após o término de uma guerra com tamanha proporção que até então nunca ocorrera mundialmente, um conflito com escalas ainda maiores se sucede, alterando ainda mais o cenário político não só europeu, como mundo afora e transformando os Estados Unidos na maior potência econômica, política e militar.

Dessa forma, utilizando-se dos eventos históricos à época, Keynes apresenta suas ideias na obra de 1919. Entender de que forma a Alemanha foi qualificada como a principal executora da Primeira Guerra e sua punição foi uma forma de retaliação dos países vencedores é imprescindível para o entendimento das ideias defendidas por Keynes, pois o seu pensamento econômico (evidenciado na obra) está associado ao próprio contexto político-econômico da época.

Cientificamente, nas ciências sociais, procura-se entender o ser humano em seu aspecto social, ou seja, sua vida social individualmente ou em grupo. Quando na busca pelo conhecimento sobre o comportamento do ser humano em grupo, a compreensão das relações humanas esbarra nos acontecimentos históricos aos quais ele faz parte. Dessa forma, o estudo sobre a história daquilo que ocorreu e impactou a vida humana em sociedade é indeclinável para as ciências sociais e até às ciências humanas. Portanto, estudar buscando compreender as motivações do ser humano em entrar em guerra com seus países vizinhos, procurar entender quais foram os motivos e objetivos, analisar as consequências desse ato e todos os efeitos que foram sentidos decorrentes desse conflito é examinar como o ser humano está inserido socialmente e de que forma seu comportamento afeta seus pares.

Neste estudo acerca das consequências do Tratado de Versalhes, o trabalho irá contribuir na apreensão da motivação por trás de um conflito que mobilizou milhões de pessoas e cuja duração foi responsável por aproximadamente 20 milhões de mortes. O estudo percorrerá numa análise sobre os antecedentes da guerra e seu desenvolvimento, com ênfase no aspecto histórico e econômico da Europa antes, durante e depois de seu término. As baixas humanas foram apenas uma das consequências trágicas do conflito, porém, neste estudo, se buscará entender de que forma o cenário econômico foi impactado. Seu estudo responderá de que forma aqueles que sobreviveram à guerra foram atingidos, pois embora não foram vítimas fatais, suas vidas foram arruinadas devida à destruição ocorrida em seus países.

A devastação a que a Europa foi submetida alterou sua forma de produção industrial. Numa época em que o setor industrial era o grande responsável pela riqueza dos países, um conflito como a Primeira Guerra Mundial poderia arruinar e submeter a condição financeira de um país à extrema pobreza. Não somente os parques industriais foram danificados ao ponto de se tornarem inutilizáveis, mas toda a infraestrutura dos países, que incluem seus campos agrícolas. A produção agrícola era outro componente de grande importância na produção interna de riqueza e com a guerra as terras disponíveis para cultivo foram assoladas. Dessa forma, todas as maneiras de reconstrução dos países foram destroçadas, tornando sua recuperação morosa e difícil.

As baixas humanas contribuíram para o cenário econômico ser ainda pior. Com a guerra, grande parte da força de trabalho dos países foi perdida. Estima-se que 10 milhões de soldados e 8 milhões de civis foram mortos. A mão-de-obra disponível após o término da guerra foi reduzida drasticamente, dificultando a retomada econômica dos países participantes da guerra.

Além disso, para que a reconstrução da Europa fosse possível dado o cenário em que ela se encontrava foi necessário o endividamento dos países. Eles estavam com seu território destruído, com sua força de trabalho reduzida e sua capacidade produtiva limitada. Não havia outra forma senão o endividamento interno para retomar sua produção industrial e agrícola. Não obstante, a alta inflação oriunda da impressão de dinheiro necessária para a reconstrução contribuiu para a piora do cenário econômico.

Diante de todos os motivos expostos, a obra de Keynes traz uma leitura fiel ao que foi proposto pelos países vencedores que foi a designação da Alemanha como a responsável pela guerra e, no anseio de vingança, foi determinado que ela arcasse com o pagamento da reconstrução dos países europeus participantes do conflito. As medidas que foram impostas a ela foram perda de partes de seu território, perda de todas as suas colônias, limitação de seu exército, vultuosas indenizações aos demais países, entrega de parte da sua frota naval e produção nos anos seguintes à guerra e entre outras medidas. A Alemanha não se declarava inocente, pelo contrário, ela reconhecia sua culpa na guerra e estava disposta a negociar com seus oponentes a fim de cessar o conflito. No entanto, ela não concordou com as reparações que foram atribuídas a ela.

A partir da obra, Keynes retrata que o Tratado teve um caráter punitivista à Alemanha e que as reparações foram guiadas pelo desejo de vingança. Foram estabelecidas indenizações que a Alemanha teria de arcar que estavam muito além de sua capacidade de pagamento. O que se deve notar é que a Alemanha também foi duramente afetada pela guerra. Ela teve também sua infraestrutura destruída, considerável perda humana entre soldados e civis, produção agrícola e industrial duramente reduzida. Ou seja, ela não estava em situação diferente de seus pares.

Ao ser taxada como a “grande vilã” da guerra e ter de reparar todos os danos causados por ela, foi criado um cenário em que a recuperação econômica alemã não teria como advir. Se todo recurso financeiro que ela teria ao seu dispor teria de ser destinado aos seus pares, não haveria como a sua reconstrução ser feita. Além de perder consideráveis partes de seus territórios aos outros países, como a Alsácia-Lorena para a França, perder todas as suas colônias, entregar parte de sua futura produção aos inimigos pelos próximos anos, ainda foi atribuído a ela o pagamento de 31.4 bilhões de dólares ou 6.6 bilhões de libras aos países vencedores da guerra. (KEYNES, J. 2002, p. 46-47)

Não haveria como isso vir acontecer e de fato a história mostra que a Alemanha não foi capaz de cumprir com todo esse montante. O que muitos não previram foi que, ao punir a Alemanha com tamanha força, isso causaria na população alemã uma certa revolta social. Seria o cenário perfeito para que anos mais tarde Adolfo Hitler utilizasse desse sentimento de humilhação a que a população alemã foi

submetida para seu discurso político de revanchismo. Anos depois eclodia a Segunda Grande Guerra.

Mais do que uma análise acerca do panorama político e econômico exposto anteriormente, o presente estudo tem como finalidade entender o pensamento econômico de John Keynes publicado a partir do Tratado de Versalhes. Isso ocorre porque o autor previu como as duras reparações impostas à Alemanha contribuiriam para o seu colapso como nação, causando graves efeitos na Europa. De acordo com o próprio autor (KEYNES, p. 186):

Se buscarmos deliberadamente o empobrecimento da Europa Central, nossa vingança caminhará com passos firmes – esta é a minha previsão. Nada poderá evitar, então, a guerra civil entre as forças da reação e as convulsões desesperadas da revolução, hostilidades diante das quais os horrores da guerra provocada pela Alemanha empalidecerão, e que podem destruir a civilização e o progresso da nossa geração, qualquer que seja o seu vencedor.

No último capítulo da obra “As Consequências Econômicas da Paz”, o autor propõe um programa dividido entre 4 partes, entre elas a revisão do Tratado de Versalhes, uma análise sobre a possível liquidação das dívidas entre os países aliados, um crível empréstimo internacional e reforma monetária, e por fim, uma avaliação das relações da Europa Central com a Rússia.

Desse modo, o autor ao longo de toda obra expõe um longo e extenso parecer sobre a condição das nações envolvidas neste grande evento que marcou o século XX e ao final propõe uma maneira eficaz que o Tratado poderia ter adotado. Como secretário do Tesouro Nacional Britânico, Keynes detinha o conhecimento necessário para construir seu modelo econômico que poderia ser viável a todos os países, em especial à Alemanha. Sua investigação sobre a forma em que as medidas instituídas pelo Tratado iriam causar um grave dano aos países perdedores se revelou verídica e embasada com o decorrer dos anos que sucederam o conflito.

Keynes consolida em sua obra toda expertise sobre o assunto, tanto em sua consistente análise econômica sobre a situação financeira da Europa, como em enxergar as repercussões que viriam acontecer caso o Tratado fosse adotado. Ele concordava com a sua necessidade, porém não da magnitude com que foi formulado.

Dessa forma, o presente estudo irá explorar todos os ângulos que circunscreveram o pensamento de John Maynard Keynes.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Para elaboração deste estudo, será utilizada a edição brasileira da obra de John Maynard Keynes, *As Consequências Econômicas da Paz*, publicada em 2002.

Para auxiliar em seu desenvolvimento, será utilizado como texto de apoio o artigo da economista britânica Ann Pettifor publicado na revista *Nature* em 2019, artigo do economista americano Roger Myerson publicado no *Journal of Institutional and Theoretical Economics* em 2004 e obra do escritor Milo Keynes publicada em 1975 pela editora Cambridge University Press.

Para apresentar ideais contrárias ao pensamento do autor, será utilizado o artigo publicado em 2021 na *Revista de Economia da UEG* escrito pelos autores Artur Osvaldo Colombo e Diego Gonçalves Favorato, uma revisão das ideias do autor francês Étienne Mantoux.

Para compreender o período histórico que antecedeu a Primeira Grande Guerra será necessário o uso de textos auxiliares para dar um panorama geral acerca dos antecedentes do conflito. Para a contextualização será utilizado o livro *História Econômica Geral* de 2013 dos autores Flávio Azevedo Marques de Saes e Alexandre Macchione Saes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

5.1 BIOGRAFIA DE JOHN MAYNARD KEYNES

John Maynard Keynes nasceu em Cambridge, Inglaterra, em 05 de junho de 1883. Sua família era de classe média alta, relativamente bem financeiramente. Seu pai era economista e acadêmico na King's College, também em Cambridge, e sua mãe reformadora social, sendo uma das primeiras mulheres a se graduar na King's College. Keynes foi o primogênito de 3 irmãos.

Já criança, demonstrava grande interesse por matemática. Em janeiro de 1882, Keynes estava matriculado na escola preparatória de St Faith aos oito anos de idade. Dois anos depois, ele era o primeiro em sua sala em relação às notas. Em 1886, o então diretor do colégio escreveu que Keynes “se sobressaia a todos os outros garotos da escola” e que estava muito confiante de que Keynes conseguiria uma bolsa de estudos para Eton College.

Em 1887, ele conseguiu a bolsa de estudos para a referida universidade e lá demonstrou talento por matemática, história e estudos clássicos. Em 1901, foi premiado com o Tomline Prime por matemática.

Em 1902, Keynes deixou o Eton College para ingressar em King's College com o intuito de estudar matemática. Em Cambridge, conheceu o economista inglês Alfred Marshall, que solicitou a Keynes que trocasse seus estudos de matemática e clássicos por economia e política. Além disso, foi durante esse período que Keynes foi introduzido a um importante grupo de escritores e artistas que compunham o Grupo de Bloomsbury (ou Círculo de Bloomsbury). Entre seus membros estava a notória escritora Virginia Woolf. Além desse grupo, Keynes fez parte de um grupo privado exclusivo denominado de “a Sociedade”.

Finalmente em 1905, Keynes se graduou em matemática pela King's College e quatro anos depois obteve seu título de mestre. Um ano depois, foi trabalhar no “India Office”, o então departamento britânico localizado em Londres designado para administrar as províncias indianas. Foi neste período que ele escreveu seu primeiro livro “Indian Currency and Finance”, publicado em 1913. Logo após ele retornou a Cambridge para ensinar economia até o ano de 1915.

Então a Primeira Guerra Mundial se iniciava e ele decide retornar a trabalhar para o governo britânico, dessa vez no Tesouro. Devido ao seu excelente trabalho, foi convidado para participar da comitiva britânica na Conferência de Paz de Paris. Acompanhou o então primeiro-ministro David Lloyd George como consultor de assuntos econômicos. No entanto, o episódio lhe desapontou profundamente devido às medidas e políticas determinadas pelos aliados à Alemanha que Keynes resignou do cargo.

Considerou as medidas determinados pelos países vencedores da Primeira Grande Guerra desastrosas e irresponsáveis. De acordo com ele, elas iriam destruir a economia alemã, prejudicar sua população, além de contaminar todo o cenário econômico europeu, pois caso as medidas fossem adotadas a Alemanha não teria capacidade de importar bens de seus países vizinhos. O resultado seria uma catástrofe global, pois os efeitos nefastos do Tratado de Versalhes não se limitariam ao território alemão. Devido ao seu posicionamento contrário, Keynes escreveu a obra objeto deste estudo em dois meses e então publicou-a. Com a publicação, Keynes se ficou mundialmente conhecido e se tornou um dos maiores economistas de seu tempo. A obra marcou não somente sua carreira, mas também o debate político-econômico da época devido à assertividade de Keynes em suas conclusões pois elas puderam ser observadas anos mais tarde em alguns fenômenos que ocorreram, como a hiperinflação alemã de 1923, o colapso da República de Weimar e a ocorrência da Segunda Guerra Mundial.

Após a publicação da obra, Keynes resignou ao cargo de professor, mas continuou como membro do King's College. Suas contribuições às ciências econômicas dos anos 1900 foram marcadas por várias obras e pensamentos, entre eles com o seu posicionamento contrário às ideias do laissez-faire, corrente econômica vigente à época. Em 1925 ele se opôs ao retorno do padrão ouro na Inglaterra e na Grande Depressão de 1929 ele propôs investimento em obras públicas para criação de emprego para os trabalhadores desempregados.

A partir desse pensamento, em 1936 ele publicou a sua maior obra e aquela que contribui para a formação da macroeconomia moderna "A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda". Defendia nela que a solução para o desemprego seria

por meio da política fiscal, em que o governo iria aumentar seus gastos e incorrer em déficit. Com isso, Keynes iniciou uma nova corrente no pensamento econômico.

Em 1937, Keynes sofreu um ataque cardíaco e dois anos depois retornou a Cambridge para lecionar e serviu como consultor por mais um ano no Tesouro Britânico. Desempenhou um importante papel na conferência de Bretton Woods em 1944. Seu último trabalho foi em 1945, em que esteve em uma negociação de empréstimo de bilhões de dólares dos Estados Unidos para a Inglaterra. Enfim, em 1946, Keynes faleceu aos 62 anos em Sussex, Inglaterra.

5.2 CONTEXTO HISTÓRICO

É imprescindível para o entendimento da obra a compreensão do contexto histórico em que ela foi escrita. Os relatos contidos nela abrangem o momento pós Primeira Guerra Mundial, cuja duração foi de 1914 a 1918. A Guerra se iniciou após o assassinato do arquiduque Francisco Ferdinando e sua esposa, Sofia, em Sarajevo na Bósnia em junho de 1914. Esse foi o estopim para uma guerra se iniciar em um cenário marcado por rivalidade econômica entre os países europeus, ressentimentos por acontecimentos passados e um forte nacionalismo entre os pares envolvidos. Dado o cenário, a Guerra durou quatro anos, encerrando-se em junho de 1919, com a derrota da Alemanha. Ela fazia parte do grupo dos países da Tríplice Aliança junto a Áustria-Hungria, Império Otomano e Itália, que juntos guerrearam contra a Tríplice Entente, formada por Rússia, Grã-Bretanha e França.

O saldo final desse conflito foi a destruição do território dos países envolvidos e os milhões de mortes de militares e civis. Segundo Derek Aldcroft (2001, p.5-6):

A guerra provocou perdas humanas, destruição física, desorganização financeira, contração no produto e condições sociais e políticas instáveis. Tornando frágil o Estado de vários países, especialmente na Europa central e oriental, o processo de reconstrução e recuperação requeria a assistência das potências aliadas, dos Estados Unidos em particular.

Segundo o Aldcroft, as perdas humanas podem ser contabilizadas no total de 50 a 60 milhões de mortes (ALDCROFT, 2001, p.6-8). Esse número é composto dos civis e militares mortos diretamente pelo conflito e todos aqueles que morreram devido à fome extrema, doenças e inanição. Soma-se a esse dado a queda da natalidade durante o período, ou seja, são contabilizados os nascimentos que poderiam ter ocorrido caso não houvesse a guerra. No tocante às perdas humanas, a Europa foi duramente penalizada com as mortes, além daqueles que ficaram impossibilitados ao trabalho devido aos graves ferimentos sofridos. A força de trabalho foi reduzida drasticamente.

Não obstante as perdas humanas, o território foi duramente punido com a sua destruição. Parques industriais, fábricas, fazendas, ferrovias, extensas plantações, além da habitação da população foram danificados pelos bombardeios.

Isso tornaria morosa a recuperação da Europa devido ao grau do estrago em que esses locais se encontravam.

Além da devastação física que a guerra trouxera para os países envolvidos, sua situação econômica e financeira era igualmente assoladora. Segundo Saes (MARCHES DE SAES, F. A.; MACCHIONE SAES, A., 2013, p. 323), a maior parte da guerra foi financiada via crédito e não com a poupança interna dos países, o que gerou no pós-guerra um elevado nível de inflação, perda do poder de compra da moeda e conseqüente abandono do padrão-ouro. Além do mais, Grã-Bretanha e França contraíram empréstimos com os Estados Unidos durante o período e o credor iria cobrar dos devedores o pagamento ao final do conflito.

Portanto, na Europa encontrava-se um cenário de perdas humanas que afetaram sua força de trabalho, destruição física de grande parte da produção interna de bens para consumo interno e bens para exportação, associada a uma terrível situação financeira, com desvalorização da moeda nacional e altíssima inflação. O nível de produção industrial havia sido afetado e os países enfrentariam grandes dificuldades de produção de bens para exportação, cuja receita seria uma importante fonte de renda para a sua reconstrução. Segundo Saes (MARCHES DE SAES, F. A.; MACCHIONE SAES, A., 2013, p. 323), França, Bélgica, Alemanha, Áustria, Hungria, Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária e Romênia tinham em 1920 um produto industrial 30% inferior ao de 1913. Não havia um país que estava em uma boa condição, nem entre os vencedores da guerra.

Para a restauração da Europa, seria necessário importar bens externos pois a sua produção nacional estava incapacitada pelos motivos citados acima para atender a demanda interna. No entanto, devido ao alto volume de bens importados necessários isso geraria um desequilíbrio da balança comercial desses países. Como a exportação em um primeiro momento estava em níveis baixos, o déficit comercial se tornava cada vez maior. Sem produção interna que gerasse renda aos países, foi necessário vultosos empréstimos para cobrir essa diferença. Dado que todos os países da Europa viviam uma situação muito similar, o único país que havia capacidade em conceder os empréstimos necessários era os Estados Unidos.

Importante destacar que no contexto mencionado todos os envolvidos no conflito sofriam com o mesmo problema na queda de bens exportados e aumento

na importação, gerando crescentes déficits que por sua vez precisavam ser sanados com a contração de empréstimos e ajuda externa. No entanto, como veremos adiante, os países da Tríplice Aliança tinham um fardo muito maior, pois não somente tinham sua economia devastada pela guerra, como também teriam de arcar com as reparações oriundas do Tratado de Versalhes, o que provocaria o agravamento ainda maior de suas economias.

5.3 O TRATADO DE VERSALHES

O Tratado de Versalhes foi assinado em 28 de junho de 1919, no Palácio de Versalhes, França, e foi um marco, pois deu fim à Primeira Guerra de Mundial. Suas ideias foram formuladas durante a Conferência de Paris, que ocorreu entre janeiro de 1919 e agosto de 2020.

O Tratado foi determinante em estabelecer que os países da Tríplice Aliança, com ênfase na Alemanha, foram os responsáveis pela Guerra e que ao assumirem a culpa e se declararem culpados seria atribuído a eles o compromisso de arcar com todos os danos oriundos do conflito. Sua formulação foi de autoria dos chefes de Estados das potências aliadas. Estavam presentes representando suas respectivas nações o primeiro-ministro francês Georges Clemenceau, o primeiro-ministro inglês Lloyd George, o presidente americano Woodrow Wilson e o primeiro-ministro italiano Emanuele Orlando. Na obra de 1919, os três primeiros receberam o maior destaque sob a análise do autor.

Anteriormente ao Tratado, o então presente Wilson havia elaborado um documento intitulado “Os Quatorze Pontos” em que descrevia quatorze pontos para serem usados para negociação de paz cujo objetivo seria a rendição alemã. Diante disso, a Alemanha aceitou a rendição, pedindo abertura às negociações de paz. Como condição de rendição ocorreria a evacuação do território invadido (KEYNES, J., 2002, p. 38).

A partir disso, ficou instituído que a Alemanha havia concordo com o armistício e que aceitava a atribuição de culpabilidade pela guerra. O presidente americano fez uma comunicação complementar, reforçando alguns pontos: o armistício seria decidido pelos Estados Unidos e os aliados e a guerra submarina deveria acabar (KEYNES, J., 2002, p. 38). Segundo Keynes (2002, p. 38-39):

Em 23 de outubro o Presidente anunciou que “tendo recebido a garantia solene e explícita do Governo alemão da aceitação sem reservas dos termos de paz constantes do seu discurso feito ao Congresso dos Estados Unidos em 8 de janeiro de 1918 (os Quatorze Pontos), e os princípios enunciados em seus pronunciamentos subsequentes, em particular o discurso de 27 de setembro, assim como da sua disposição de discutir os detalhes da aplicação desses termos”, tinha comunicado o teor dessa correspondência aos Governos das Potências Aliadas, “com a sugestão de que, se esses

Governos estão dispostos a aceitar a paz nos termos e de acordo com os princípios indicados”, peçam a seus conselheiros militares para preparar os termos de armistício de natura a “garantir aos governos associados poder irrestrito para salvaguardar e implementar os detalhes da paz com a qual o Governo alemão expressou sua concordância”.

Os aliados então concordaram com o armistício e o desejo de fazer a paz com o Governo da Alemanha, nos termos delimitados pelo presidente americano Wilson. Em resposta ao presidente, os aliados foram claros em seu posicionamento quanto à rendição alemã e aos termos que seriam discutidos adiante (KEYNES, J., 2002, p. 39):

“Além disso, nas condições de paz constantes do discurso de 8 de janeiro de 1918, o Presidente dos Estados Unidos declarou que os territórios invadidos devem ser restaurados, assim como evacuados e liberados. Os Governos aliados pensam que não se deve permitir que haja qualquer dúvida sobre as implicações dessa disposição, e entendem que a Alemanha pagará compensações por todos os prejuízos sofridos pela população civil das nações aliadas e a sua propriedade em virtude de agressão alemã por terra, por mar e pelo ar”.

Portanto, a Conferência de Paz de Paris teria como objetivo a definição das reparações que a Alemanha e os demais países perdedores teriam de arcar. Em relação ao Quatorze Pontos, que foram decisivos para a concordância da Alemanha em relação ao armistício, pode-se destacar alguns de notável importância, como: igualdade das condições no comércio entre as nações envolvidas no armistício, ajuste aberto e imparcial de todas as reivindicações coloniais, considerando os interesses das partes envolvidas, evacuação e restauração de todo o território invadido, a correção do dano causado à França pela Prússia em 1871 envolvendo o episódio da Alsácia-Lorena e, por fim, a criação da Liga das Nações (KEYNES, J., 2002, p. 41).

Para a elaboração dos pontos do Tratado, além dos Quatorze Pontos citados anteriormente, foram usados alguns textos retirados de discursos proferidos pelo presidente Wilson. Keynes destaca alguns, como o do discurso de 11 de fevereiro em que o chefe de Estado americano diz que “não haverá anexações, contribuições ou danos punitivos” (KEYNES, J., 2002, p. 41). No discurso de 27 de setembro, Wilson afirma que “nenhum interesse especial ou separado de qualquer grupo de nações ou nação singular pode ser tomado como base de qualquer parte da solução se não for

consistente com o interesse comum de todos” (KEYNES, J., 2002, p. 42). Foi a partir dessas falas que a Alemanha entendeu que haveria um julgamento justo diante de seus atos e concordou em negociar a paz. No entanto, Keynes, que estava presente na Conferência de Paris, presenciou uma solução divergente formulada daquela proposta inicialmente. A obra “As Consequências Econômicas da Paz” foi a resposta do autor ao que ele considerou impróprio (KEYNES, J., 2002, p. 42).

Na obra, Keynes discorre sobre os principais termos do Tratado e como eles se relacionavam à economia alemã. Esta, antes da guerra, dependia do seu comércio ultramarino, representado pela marinha mercante, colônias, investimentos estrangeiros, exportações e ligações dos seus comerciantes com o exterior; da exploração do ferro e carvão e suas indústrias e do sistema de transporte e suas tarifas. O Tratado agiu em cima desses pontos na punição à Alemanha.

Em relação ao primeiro ponto no tocante ao comércio ultramarino, a Alemanha cedeu aos países vencedores todos os navios de sua marinha mercante. Foram cedidas mais de 1.600 toneladas brutas, metade dos navios entre 1.000 e 1.600 toneladas e um quarto das suas traineiras e outros barcos de pesca. Além disso, deveria construir para os aliados tipos de navios especificados em um total de 200.000 toneladas anualmente por cinco anos caso fosse solicitada. Outro ponto foi a concessão de todos os direitos e títulos sobre suas possessões no ultramar. Ferrovias deveriam ser cedidas sem qualquer pagamento e o governo alemão permaneceria responsável por dívidas contraídas para compra ou construção de propriedades nessas áreas.

A propriedade privada dos alemães também sofreria punições, podendo ser expropriada a qualquer momento. Nas colônias alemãs as propriedades poderiam ser tomadas de forma arbitrária e serem liquidadas pelos aliados. Todos os direitos e interesses a cidadãos alemães e a empresas por eles controlados poderiam ser tomados de si a partir da assinatura do Tratado.

Em relação à Alsácia-Lorena, o território também foi alvo de disputa no Tratado de Versalhes. Esse território, que é localizado na região francesa, possui uma longa história de disputas entre a Alemanha e a França que remete desde 1871, quando foi criado pelo Império Alemão na guerra Franco-Prussiana através do Tratado de Frankfurt. Com a derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial, a nação

francesa viu uma oportunidade de retomar o território para ela. Uma parte considerável de seus habitantes são de língua inglesa (KEYNES, J., 2002, p. 46).

No entanto, através do Tratado de Versalhes o Estado alemão perdeu esse território e ele foi incorporado à França. Isso na prática significa que o governo francês teria o direito de expropriar a propriedade privada dos cidadãos alemães que residiam na Alsácia-Lorena e de suas empresas ali localizadas de forma arbitrária e sem compensações com a justificava de que isso utilizado como reparações aos franceses (KEYNES, J., 2002, p. 46). A propriedade do governo também seria cedida ao governo francês, incluindo o sistema ferroviário (KEYNES, J., 2002, p. 47). No entanto, apesar da tomada francesa do território, a Alemanha permaneceria responsável pelas dívidas correspondentes, sob a forma de obrigações públicas.

De forma geral, o Tratado queria punir a Alemanha retirando os seus direitos nas propriedades fora de seu território, conforme Keynes afirma na obra (KEYNES, J., 2002, p. 53). A Alemanha renunciaria todos os direitos e privilégios que obtinha na China, Libéria, Marrocos e Egito. Além disso, ela renunciaria à participação em qualquer organização financeira ou econômica internacional que funcionasse em qualquer um dos Estados Aliados, Áustria, Hungria, Bulgária e Turquia.

Em relação à extração de carvão e ferro, o Tratado pune a Alemanha severamente por meio dela. O país germânico possuía sua economia fortemente dependente dessa indústria. A exploração de carvão nas regiões de Ruhr, Alta Silésia e Sarre tornaram a Alemanha a primeira nação industrial da Europa continental (KEYNES, J., 2002, p. 54). Também segundo Keynes, um terço da população alemã vivia em cidades com mais de 20.000 habitantes, sendo isso possível devido à extração do carvão e ferro.

As formas com que o Tratado interferiu nessa indústria ocorreram de quatro modos, segundo Keynes. Primeiro foi instituído à Alemanha que cedesse à França, sem contrapartidas, as minas de carvão situadas na bacia do Sarre de forma absoluta. Depois de quinze anos a população local poderia realizar um plebiscito para escolha da futura soberania sobre o território. No entanto, a população dessa região era predominante alemã e estava vinculada à Alemanha por meio de sua língua, costumes e religião (KEYNES, J., 2002, p. 56).

O segundo ponto estabelecido era a retirada do controle alemão sobre o território da Alta Silésia, cuja produção de carvão correspondia a 23% do total alemão. A partir de um plebiscito poderia ser cedido à Polônia. Dessa forma, sua perda seria extremamente prejudicial à indústria alemã que veria junto com a retirada das jazidas do Sarre seu suprimento de carvão reduzido em quase um terço.

O terceiro ponto era referente à produção de carvão restante à Alemanha. Foi definido que ela estaria obrigada a cobrir a cada ano a perda calculada pela França com a destruição e os danos de guerra sofridos pelas minas de carvão de suas províncias. Esse fornecimento seria a diferença entre a produção anual anterior à guerra das minas de carvão das regiões de Nord e Pas de Calais, que foram devastadas pela guerra, e a produção do ano de 1919. Essa provisão não poderia ser exceder 20 milhões de toneladas nos primeiros cinco anos e 8 milhões nos cinco anos seguintes.

Por fim, em relação à indústria alemã extrativa de carvão e ferro, a Alemanha deveria realizar o fornecimento de 7 milhões de toneladas anualmente à França por 10 anos, 8 milhões à Bélgica, 4,5 milhões em 1919 a 1920 e 8,5 milhões em 1923 a 1928 à Itália. No total seriam em torno de 25 milhões de toneladas. No entanto, com as perdas territoriais que a Alemanha sofreu devido ao Tratado Keynes avaliou que ela não teria capacidade de honrar os pagamentos. Ele estimou que após a guerra a produção alemã seria reduzida a 100 milhões de toneladas, sendo que 40 milhões seriam exportados aos aliados, dados todas as reparações impostas. Sobrariam 60 milhões para consumo interno. Antes da guerra o país utilizava para o próprio consumo cerca de 139 milhões de toneladas. Após o Tratado em decorrências dos pagamentos instituídos e as perdas territoriais significativas, a Alemanha teria um enorme prejuízo na sua indústria extrativa (KEYNES, J., 2002, p. 60-61).

Por fim, em relação ao transporte e o sistema aduaneiro alemão foi instituído que durante cinco anos a Alsácia-Lorena poderia exportar livremente à Alemanha livre do pagamento de direitos aduaneiros, mas o inverso, ou seja, da Alemanha para Alsácia-Lorena, não seria possível. Além disso, durante três anos a Polônia poderia gozar do mesmo benefício em relação às exportações à Alemanha, mas igualmente o no inverso não seria aplicado o benefício.

Também sob esse aspecto, foi convencionado que durante seis meses após o início do Tratado não haveria imposição de tarifas de importações provenientes dos Aliados no território alemão que fossem mais elevadas do que as mais favoráveis existentes anterior à guerra. Adicionalmente, pelos próximos dois anos e meio permanecerá em vigor essa coibição em relação a alguns produtos, como vinho, óleos vegetais, seda artificial, lã levada (KEYNES, J., 2002, p. 69). Keynes foi contrário a essa decisão e a julgou como injuriosa e ridícula, pois impediria que a Alemanha conservasse meios necessários para preservação de seus recursos limitados para efetuar os pagamentos das reparações impostas a ela.

No que diz respeito às ferrovias, as mercadorias que chegassem à Alemanha oriundas dos países Aliados receberiam um tratamento mais favorável em relação a fretes e taxas comparadas as demais mercadorias que circulassem em território alemão. Keynes considerou como uma interferência na ordenação interna alemã, difícil de ser justificada (KEYNES, J., 2002, p. 71). Além disso, a Alemanha foi obrigada a ceder 5.000 locomotivas e 15.000 vagões aos Aliados. Nos territórios cedidos, deveria transferir juntamente os sistemas ferroviários. Dessa forma, a economia alemã seria ainda mais agravada pois iria agravar consideravelmente o suprimento de carvão e a sua indústria de exportação.

O sistema fluvial da Alemanha também sofreria interferências. O Tratado transfere a administração dos rios Elba, Oder, Danúbio e do Reno para comissões internacionais. O poder delas será definido por meio de uma convenção geral preparada pelos Aliados e aprovados pela Liga das Nações. Keynes reconhece que a liberdade de trânsito é importante e deve ser respeitada, porém critica o fato é que nessas comissões a sua composição foi feita de forma a prejudicar a Alemanha nas decisões. Keynes conclui que as grandes vias fluviais alemãs foram entregues a órgãos estrangeiros, com poderes amplos (KEYNES, J., 2002, p. 74).

5.4 AS REPARAÇÕES

Além de todos os itens citados na seção anterior referente a bens materiais, a Alemanha foi designada a fazer reparações de ordens financeiras. Em seu discurso em 8 de novembro de 1918, o Presidente Wilson afirmou que “os governos aliados entendem que a Alemanha pagará compensações por todos os prejuízos sofridos pela população civil das nações aliadas e a sua propriedade em virtude da agressão alemã por terra, por mar e pelo ar”. Wilson reiterou esse ponto em seu discurso no Congresso americano em 11 de novembro do mesmo ano, porém adicionou que não haveria contribuições nem danos punitivos. No entanto na prática isso não foi feito. Exigiu-se da Alemanha a reparação e indenização pelo custo total da guerra.

Keynes propõe na obra que o valor total que a Alemanha deveria pagar pelas reparações dos danos causados seria a soma de 2.000 milhões de libras (KEYNES, J., 2002, p. 92). O autor afirma que o valor é factível com o que o país germânico poderia desembolsar, desde que os países aliados oferecessem algumas indulgências.

Em 29 de novembro de 1918 o então primeiro-ministro inglês disse em um discurso que “Quando a Alemanha derrotou a França, fez a França pagar pela derrota. Este é o princípio estabelecido pela própria Alemanha. Não há absolutamente nenhuma dúvida sobre isso, e este é o princípio que vamos implementar – a Alemanha deve pagar o custo da guerra, até o limite da sua capacidade” (KEYNES, J., 2002, p. 95). No entanto, algumas semanas depois, em 11 de dezembro, o estadista inglês se rendeu à pressão dos aliados e em seu manifesto final dizia, entre alguns pontos, que a Alemanha seria responsável pela total indenização da guerra. Dessa forma, foi estabelecido que ela não seria poupada nas futuras decisões acerca do Tratado.

Em relação às reparações, Keynes discorre acerca das indenizações que a Alemanha deveria realizar aos cidadãos dos países aliados. Muitas famílias foram prejudicadas financeiramente com a perda de seus membros, nesse caso os soldados, e com as suas propriedades destruídas, considerando as suas terras, pois sua renda foi duramente afetada. O valor destinado às pensões e compensações devido às mortes dos combatentes e os feridos acrescentou à conta em torno de duas

vezes o total de todas as demais indenizações, tornando-se um ponto muito polêmico no Tratado. Foi destinada à Alemanha todo o gasto social das nações aliadas. O tratado determina o pagamento de 5.000 milhões de libras para o pagamento das pensões e indenizações, segundo cálculo de Keynes (KEYNES, J., 2002, p. 109). Somando a esse valor a estimativa de outros custos, o total era na ordem de 8.000 milhões de libras, ou seja, 8 bilhões de libras a serem pagas (KEYNES, J., 2002, p. 110).

Além disso, a Alemanha deveria realizar pagamentos anuais aos vencedores e Keynes os descreve da seguinte maneira: se anterior a 1921 o país perdedor da guerra não dispusesse de um excedente em seu orçamento para pagamento das reparações impostas, ela teria de ter 75 milhões de libras disponíveis entre 1921 e 1925 e após esse período o valor aumentaria para 180 milhões, sendo que esse valor poderia chegar a 280 milhões devido à aplicação de bônus em cima do valor total. Admitindo juros de 5% ao ano, o valor seria ainda maior, chegando a 430 milhões de libras a serem pagas anualmente (KEYNES, J., 2002, p. 112).

Em seguida, Keynes projeta um cenário sobre as possíveis possibilidades de pagamento que a Alemanha teria de arcar, se a medida descrita no parágrafo anterior fosse aplicada. Se a Alemanha pagasse 150 milhões de libras anuais até 1936, a partir dessa data ela teria de pagar 650 milhões de libras anualmente devido ao pagamento de juros. O autor é claro em afirmar que o país não teria condições de honrar esses valores e reitera que “até que se modifique o Tratado, a Alemanha está comprometida a transferir para os aliados perpetuamente todo o excedente da sua produção” (KEYNES, J., 2002, p. 114).

O autor então discute sobre as fontes que a Alemanha possui para utilização para os pagamentos das reparações que lhe foram impostas. São elas 3: bens transferíveis, como ouro, navios e títulos estrangeiros; propriedades em território cedido ou transferido conforme as condições do armistício e com prestações anuais, debitadas em dinheiro e em produtos como carvão, potassa, tintas etc.

Em relação à primeira fonte, um valor em ouro superior a 50 milhões de libras foi transferido para os países aliados (com destaque aos Estados Unidos) durante os seis primeiros meses de 1919, em pagamento dos alimentos recebidos

pela Alemanha. O resultado desse ano foi a diminuição das reservas de ouro alemãs de 115 para 55 milhões de libras (KEYNES, J., 2002, p. 117).

No tocante à sua marinha mercante, a Alemanha havia se comprometido a transferi-la aos aliados, conforme já foi citado neste trabalho. Estimada a frota marítima em 4 milhões de toneladas brutas, considerando 30 libras por tonelada, conclui-se que o valor total envolvido nessa transferência seria de 120 milhões de libras (KEYNES, J., 2002, p. 119).

Por fim, em relação aos títulos estrangeiros, Keynes estima que até o momento em que a obra foi escrita mais de 100 milhões de libras em títulos deixaram o país ou foram escondidos. Além disso, com as reparações na ordem de 1.000 milhões de libras, o remanescente de valor em títulos era estimado entre de 100 e 250 milhões. Portanto, Keynes conclui que a Alemanha possuía como fonte de pagamento às reparações aproximadamente entre 250 e 350 milhões de libras e seria esse o valor que a comissão de reparações poderia esperar pelo recebimento em 1921.

Outro ponto foi a determinação de que toda a propriedade privada presente nos territórios cedidos seria utilizada para cobrir as dívidas da Alemanha para com os cidadãos dos países aliados e, caso houvesse um excedente, ele poderia ser utilizado como fonte para pagamento das reparações. No território da Alsácia-Lorena a propriedade governamental foi transferida, sem contrapartida de crédito. Os componentes ferroviários como vagões e locomotivas também seriam transferidos, equivalentes a 50 milhões de libras no total.

Um ponto que merece destaque é a análise que Keynes faz sobre as exportações que a Alemanha teria de fazer para geração de excedente a fim de honrar os pagamentos impostos a ela. Como o país estava com suas propriedades no exterior e sua marinha mercante fora de seu domínio e suas outras fontes de receita indisponíveis, além de não conseguir honrar todas as reparações impostas, ela não conseguiria nem importar o necessário para o seu consumo interno. Dessa forma, Keynes afirma que o país teria que realizar um reajuste do consumo e da produção interna para cobrir o déficit das exportações (KEYNES, J., 2002, p. 129). Toda a economia extra nas importações e todo saldo nas exportações deveriam ser destinados para o pagamento das reparações.

As exportações de produtos de lã e algodão só poderiam ser aumentadas mediante o aumento da importação da matéria-prima, pois a Alemanha não era produtora de algodão e praticamente não produzia lã. Para que essa importação ocorresse, era necessária facilitação por partes dos países aliados da matéria-prima. No que diz respeito às exportações de máquinas, produtos de ferro e carvão tampouco a Alemanha poderia aumentá-las, pois seus principais territórios foram perdidos, como os localizados na Polônia, Alta Silésia e Alsácia-Lorena. Esses territórios representavam quase um terço da produção alemã de carvão e eram responsáveis por 75% da produção de ferro nacional (KEYNES, J., 2002, p. 133).

Antes da guerra, quase que a totalidade das exportações de açúcar eram dirigidas ao Reino Unido e Keynes propõe que esse comércio poderia ser estimulado dada uma preferência pelo produto alemão por parte do país inglês ou que o açúcar fosse contabilizado como pagamento às reparações.

O cenário em que as exportações alemãs cresciam de forma vertiginosa a fim de gerar excedentes para pagamento às reparações não parecia ser muito provável. Isso pode se aplicar ao cenário das importações em que nele elas diminuem de forma acentuada a fim de gerar o superávit necessário. Se fosse reduzida a importação de alimentos, a eficiência da força de trabalho industrial seria afetada negativamente e conseqüentemente o volume de bens exportáveis decairia, retroalimentando o déficit. A nutrição era imprescindível à saúde dos trabalhadores alemães.

O destino da maior parte das exportações alemãs era aos países aliados, sendo 18% ao Império Britânico, 17% à França, Itália e Bélgica, 10% à Rússia e Romênia e 7% aos Estados Unidos (KEYNES, J., 2002, p. 134). Se os aliados não estivessem dispostos a aumentar as importações alemãs, seus produtos teriam de penetrar os territórios dos países neutros a fim de gerar excedente comercial.

Dessa forma, Keynes chega à conclusão de que em cenário otimista em que a Alemanha consiga reorganizar sua balança comercial de forma que suas exportações aumentem, gerando um superávit de 50 milhões de libras anuais. Dobrando-se esse valor devido ao aumento de preços, a Alemanha teria 100 milhões de libras. Desse valor com acréscimo de juros de 5% ao ano, o país teria a valor presente o montante de 1.700 milhões de libras.

Foi a partir dos cálculos apresentados pelo autor em sua obra que Keynes chega ao valor de 2.000 milhões, ou 2 bilhões, de libras anuais seria a capacidade máxima que a Alemanha teria de pagar aos países aliados pelas reparações causadas pela Primeira Guerra Mundial. Nesse total, estariam inclusos os pagamentos pela riqueza transferível em um primeiro momento, as propriedades transferidas e um tributo anual. No entanto, o autor acredita que ela poderia pagar tudo isso (KEYNES, J., 2002, p. 138).

Em comparação, os aliados queriam que a Alemanha pagasse na ordem de 8.000 milhões, ou 8 bilhões, de libras e Keynes foi enfático em afirmar que mesmo 5.000 milhões, ou 5 bilhões, de libras estaria fora da margem aceitável, excedendo os limites possíveis. Afirma também categoricamente que aqueles que tivessem opinião contrária que apresentassem de que forma a Alemanha poderia pagar eventual montante, demonstrando os produtos que teriam de ser vendidos e em quais locais (KEYNES, J., 2002, p. 139).

À vista disso, Keynes discute algumas medidas que poderiam ser aplicadas no momento no que diz respeito à capacidade de pagamento alemã. Primeiro, os aliados poderiam favorecer o comércio e indústria alemã por um período entre cinco e dez anos como intuito de torná-la a maior indústria da Europa para que a indenização alemã fosse ainda maior. Esse incentivo ocorreria por meio de empréstimos vultuosos e disponibilidade de alimentos, matérias-primas e meios de transporte marítimo.

Segundo, se o pagamento das reparações estivesse fixado em uma quantia de ouro e o seu preço viesse a cair, conseqüentemente a quantia destinada aos pagamentos seria reduzida. Dessa forma, Keynes sugere que se um soberano de ouro (moeda do Reino Unido equivalente a uma libra esterlina) valesse mais do que um shilling (unidade monetária utilizada na época), a quantia paga pela Alemanha seria ainda maior.

Terceiro, Keynes discute a possibilidade de que a produtividade humana poderia aumentar no futuro, aumentando a qualidade de vida em que a mesma quantidade de esforço humano utilizado seria recompensada por um resultado melhor. No entanto, não poderia ser utilizada como justificativa para exigir da Alemanha uma quantia muito acima do que ela pudesse pagar pois não era possível saber qual seria

a real capacidade alemã nos próximos anos referente aos pagamentos que lhe foram impostos (KEYNES, J., 2002, p. 141).

Já a Alemanha fez uma contraproposta ao que lhe foi imposto, em que na sua oferta grande parte do Tratado era abandonado. O valor total a ser indenizado seria de no máximo 5.000 milhões de libras, sendo 1.000 milhões pagos em 1926 e sem juros no restante do valor. Além disso, tornar-se-iam créditos todas as transferências de equipamento militar e da marinha mercante, o valor das propriedades governamentais nos territórios cedidos, parte da dívida pública nos territórios cedidos e das reparações que a Alemanha teria de realizar caso esses territórios ainda lhe pertencessem e o valor das reivindicações referentes aos empréstimos aos seus aliados durante a guerra que a Alemanha desistiu de receber.

Dessa forma, dos 5.000 milhões de libras que a Alemanha concordava em indenizar, seriam retirados 2.000, que seria o valor creditado dos itens descritos acima. Da diferença de 3.000, metade seria retirado para que o valor presente dos pagamentos futuros não fosse onerado pelos juros. Portanto, a oferta alemã estaria em torno de 1.500 milhões, ou 1,5 bilhão, de libras, sendo que o Tratado, segundo as estimativas de Keynes, exigia o 8.000 milhões, ou 8 bilhões, de libras (KEYNES, J., 2002, p. 153).

5.5 PENSAMENTO ECONÔMICO DE KEYNES

John Keynes finaliza o quinto capítulo de sua obra enfatizando a sua opinião sobre o Tratado de Versalhes e suas implicações à Alemanha e a economia europeia com as seguintes palavras (KEYNES, J., 2002, p. 155):

A política de reduzir a Alemanha à servidão por toda uma geração; de degradar a vida de milhões de seres humanos, de privar de felicidade uma nação inteira devia ser odiosa e repulsiva - mesmo se fosse possível, ainda que nos fizesse enriquecer, mesmo que não semeasse a decadência na vida civilizada da Europa.

Keynes, sendo convidado a participar como membro da comitiva britânica durante a Conferência da Paz, pode presenciar as discussões dos dirigentes e estadistas presentes e conclui que aquilo que decidiram em comum acordo seria nocivo à Europa, pois as reparações que foram impostas a Alemanha, além de serem irreais, iriam destruir sua economia e condenar seus cidadãos à miséria e ruína. Ademais, Keynes é muito crítico com respeito aos líderes das nações vencedoras. Em outro trecho da obra, Keynes afirma (KEYNES, J., 2002, p. 99):

A Europa poderia esperar um futuro diferente se Lloyd George e o Presidente Wilson tivessem percebido que o mais grave dos problemas diante deles não era político ou territorial, mas econômico e financeiro; que as ameaças enfrentadas pela Europa não tinham a ver com as fronteiras ou as soberanias, mas com o alimento, o carvão e o transporte.

A obra se tornou um imenso sucesso pelas críticas duras e assertivas que Keynes fez aos líderes da Inglaterra, França e Estados Unidos, além de um detalhamento e análise ímpares sobre a situação econômica da Europa e, especialmente, da Alemanha. Conseguiu visualizar que as propostas que estavam sendo debatidas naquela conferência seriam impraticáveis dada a situação financeira dos países perdedores (KEYNES, J., 2002, p. 127-128).

Dessa forma, Keynes no sexto capítulo da obra discute o cenário econômico da Europa após a guerra. Embora a presente obra não tenha como objetivo constituir uma teoria econômica como ocorreu na obra de 1936, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda, o autor introduz seu pensamento econômico na discussão acerca da economia europeia. Temos a análise quanto ao efeito da inflação

na moeda e suas consequências quando é demonstrado que ocorre a perda do poder de compra para aqueles que a utilizam, além de levar à ineficiência do sistema econômico (KEYNES, J., 2002, p. 166). Logo em seguida, Keynes sugere que há a necessidade de intervenção estatal a fim de garantir que os produtos disponíveis no mercado sejam acessíveis a todos. Nisso, pode-se notar a presença do Estado nas ideias defendidas por Keynes e como ela estaria presente na sua proposta em contrapartida às do Tratado de Versalhes.

No que diz respeito às ideias do autor para a reconstrução da Europa no pós-guerra, em primeiro lugar os atuais governantes da Inglaterra, França, Estados Unidos e Itália precisariam ser substituídos (KEYNES, J., 2002, p. 177). Em segundo plano, inevitavelmente o Tratado teria de ser revisto e o autor destaca 3 pontos: as reparações, carvão e ferro e as tarifas.

Sobre as reparações, Keynes retoma que o pagamento total que a Alemanha teria de realizar deveria ser fixado em 2.000 milhões de libras. Sobre a transferência da frota marítima, que inclui os navios mercantes, cabos submarinos, equipamento militar, além da propriedade governamental nos territórios cedidos e a sua compensação de dívida pública deveriam ser fixados em 500 milhões de libras. Ademais, a Alemanha teria de pagar o total de 1.500 milhões de libras em trinta prestações anuais de 50 milhões de libras, iniciando-se em 1923, e não haveria incidência de juros.

Outro ponto seria a dissolução da comissão de reparações constituída na Conferência de Paris e seus deveres seriam designados à Liga das Nações, que deveria conter representantes da Alemanha e das nações neutras. Por fim, caberia à Alemanha escolher como seriam pagas as prestações anuais e deveria ser encaminhado à Liga das Nações as queixas do não cumprimento de pagamento (KEYNES, J., 2002, p. 182).

Sobre o carvão e ferro, deveriam ser abandonadas as opções contidas no Tratado, mas seria mantido o dever da Alemanha de compensar a França pela perda sofrida com a destruição de suas minas de carvão, tendo sido estabelecido o fornecimento anual de até 20 milhões de toneladas nos cinco primeiros anos e 8 milhões nos próximos cinco, não podendo ultrapassar o período de dez anos. Em relação à região do Sarre as condições estabelecidas pelo Tratado seriam mantidas,

mas a Alemanha não poderia receber crédito pelas minas e depois de dez anos poderia receber o território de volta. Da mesma forma seria mantido o arranjo relativo à Alta Silésia, sendo necessário um plebiscito para se chegar a uma decisão final em considerasse o desejo de seus habitantes expresso por voto. Por fim, a comissão do carvão que foi idealizada pelos países aliados deveria ser submetida à Liga da Nações, sendo estendida à Alemanha e países da Europa Central e Oriental e os países neutros (KEYNES, J., 2002, p. 183).

Sobre as tarifas, deveria ser instituída uma zona de livre comércio sob fiscalização da Liga das Nações com os países que se comprometessem a não efetuar tarifas protecionistas contra os produtos dos outros países membros. Seria obrigatória a participação da Alemanha, Polônia e os estados que integravam os Impérios Austro-Húngaro e Turco por um período de dez anos, sendo sua adesão depois disso voluntária e quanto aos demais países sua participação seria voluntária (KEYNES, J., 2002, p. 184).

Essas medidas tinham como objetivo permitir a atividade industrial na Alemanha, limitando a perda de sua produtividade. A área de livre comércio impediria a separação dos Estados nacionalistas que, em um ambiente de pós-guerra, tenderiam a se fechar para o comércio internacional por questões políticas. Iria contribuir para o fortalecimento de suas economias e na garantia da paz. Keynes reitera a necessidade da inclusão da Alemanha nos planos de reestruturação econômica da Europa, ajudando os alemães a reaver parte de sua prosperidade material e encontrar um meio de vida para a sua população industrial.

Keynes faz alusão a um cenário caótico e instável caso a atitude com relação a Alemanha por parte dos Aliados fosse de punição e vingança no trecho abaixo (KEYNES, J., 2002, p. 186):

Nada poderá evitar, então, a guerra civil entre as forças da reação e as convulsões desesperadas da revolução, hostilidades diante das quais os horrores da guerra provocada pela Alemanha empalidecerão, e que podem destruir a civilização e o progresso da nossa geração, qualquer que seja o seu vencedor.

Pode-se estabelecer um paralelo ao surgimento do III Reich que ocorreu entre 1933 e 1945, quanto a Alemanha foi governada pelo governo de Adolf Hitler controlado pelo Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães. Um país

derrotado após quatro anos de guerra, com sua economia destruída, sua força de trabalho afetada e com reparações a serem cumpridas além de sua capacidade tornaria seu ambiente político-econômico ideal para o surgimento de uma figura totalitária e revanchista com a de Adolf Hitler.

Outra importante medida apresentada por Keynes foi a liquidação de dívida entre os países aliados. Além de reduzir as obrigações alemãs, seria importante haver uma ajuda aos aliados. Keynes considera como “absolutamente essencial para a futura prosperidade do mundo” (KEYNES, J., 2002, p. 187). A dívida na época entre os aliados era de 4.000 milhões de libras, sendo os Estados Unidos apenas credor, Reino Unido credor e devedor e os demais países aliados apenas credores. Para Keynes, é imprescindível a liquidação das dívidas e caso ela não ocorra a guerra terminaria com os aliados pagando indenizações uns aos outros, em vez de recebê-las dos países derrotados. Em relação à dívida interna dos países, Keynes sugere a aplicação de um imposto sobre o capital para extingui-la (KEYNES, J., 2002, p. 194).

Keynes era muito crítico às dívidas entre os países pois acreditava que elas eram uma ameaça à estabilidade financeira europeia no pós-guerra. Considerava que seja um ônus esmagador aos países europeus, pois o desenvolvimento desses países poderá ser prejudicado por muitos anos devido ao valor a ser pago. Ademais, questiona se a população desses países estaria disposta a destinar grande parte de sua produção diária ao pagamento dessa dívida externa, sendo que nela não há fundamento em um senso de justiça ou dever. Keynes conseguiu antever o que a população alemã sentiria após a imposição do Tratado de Versalhes e o sentimento originado em consequência às duras imposições que ele estabeleceu ao país. Embora a obra tenha sido publicada anteriormente ao surgimento do nazismo, o economista britânico visualizou não somente os efeitos econômicos que ele causaria, mas a tensão social que provocaria.

Um ponto interessante que Keynes destaca foi a importância da entrada dos Estados Unidos na guerra, pois isso permitiu a vitória dos aliados devido à sua assistência financeira. Keynes também reforça a importância do Senhor Hoover nesse auxílio, que contribuiu para o impedimento da destruição total do sistema europeu.

Outra medida que Keynes apoia para a reconstrução do sistema econômico europeu é um empréstimo internacional por parte dos Estados Unidos

(KEYNES, J., 2002, p. 196). Em decorrência do cenário que era marcado por uma balança comercial deficitária (importações excedentes às exportações), câmbio adverso e desordem monetária, o empréstimo seria uma medida imediata. Para Keynes, a ajuda financeira dos Estados Unidos seria determinante na recuperação da Europa, conforme trecho abaixo (p. 197-198):

Quando isso acontecer, a piedade natural e o amor filial levarão o povo norte-americano a afastar todas as pequenas objeções, baseadas na expectativa de vantagens particulares, e a completar o trabalho iniciado salvando a Europa da tirania da força organizada, salvando-a de si mesma. E mesmo se essa conversão não se realizar completamente, e em cada um dos países europeus só alguns grupos tiverem esposado uma política de reconciliação, os Estados Unidos poderão sempre indicar o caminho a seguir, levantando as mãos dos partidários da paz com um plano e condições que poderão ajudar o trabalho de renovação da vida europeia.

Quanto ao empréstimo, Keynes sugere que os países que iriam ofertá-lo seriam os Estados Unidos, Reino Unido e os países neutros e seria destinado aos países aliados e aos ex-inimigos. O valor poderia ser na ordem de 200 milhões de libras e ele deveria ser pago por aqueles que o tomassem, mesmo que a dívida entre os países fosse liquidada. As obrigações de pagamento teriam prioridade sobre todas as reparações decorrentes da guerra, as dívidas entre os países aliados, os empréstimos internos e todas as outras obrigações governamentais.

Além do empréstimo destinado à compra de alimentos e matérias-primas, poderia ser criado um fundo de garantia no mesmo valor de 200 milhões de libras. Todos os membros da Liga das Nações deveriam fazer contribuições, de acordo com sua capacidade. Esse fundo teria como objetivo auxiliar na reordenação do sistema monetária europeu (KEYNES, J., 2002, p. 199).

Keynes defendeu que não tenha uma intervenção na Rússia e que haja uma solidariedade econômica entre os países para que haja criação e ordenação da riqueza a fim de recuperar o seu bem-estar material. Além disso, pontuou que se os aliados não permitissem que a Alemanha faça trocas de produtos com a Rússia, o país germânico iria competir com os países vencedores por alimentos oriundos dos Estados Unidos.

Dessa forma, Keynes conclui em sua obra as medidas que deveriam ser adotadas no cenário posterior à guerra cujo objetivo seja a reconstrução da economia

européia e o restabelecimento do sistema econômico. Como a obra foi escrita em 1919, até essa data Keynes não havia consolidado suas ideias que viriam a se tornar o pensamento econômico keynesiano. Este seria apresentado apenas em 1936 com a publicação da obra de maior destaque de sua carreira, A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. Ele surgiu em meio à Grande Depressão e, de maneira geral, Keynes defende que o governo deva gerar déficits orçamentários quando a economia entrar em uma recessão com o objetivo de manter o pleno emprego. Isso é devido ao baixo nível de atividade econômica causado pela insuficiência de investimento da iniciativa privada.

Um paralelo que pode ser observado entre ambas as obras é a necessidade indiscutível da presença do Estado na recuperação econômica em meio a um ambiente desordenado. Keynes defende o abandono do *laissez-faire*. Como pode ser visto nas medidas defendidas pelo autor para a recuperação da Europa após a guerra, seria designado aos governos dos países envolvidos no conflito o reordenamento de suas economias através da cooperação mútua.

Por meio de medidas como a criação de uma zona de livre comércio, um empréstimo internacional por parte dos Estados Unidos e a liquidação das dívidas externas, Keynes reitera a necessidade da ação estatal. Ela é o grande motor para o restabelecimento do equilíbrio monetário e da produtividade das indústrias. O setor privado se tornaria importante à medida que a economia respondesse aos estímulos iniciais derivados das medidas governamentais.

Esse pensamento seria um precursor ao que Keynes defenderia em sua obra mais influente, Teoria Geral, em que o governo deveria fazer os investimentos necessários a fim de evitar o desemprego e a miséria social por meio da política fiscal. Dessa forma, o pensamento keynesiano se tornou uma das principais linhas do pensamento econômico atual e serviu como base para a fundamentação da macroeconomia moderna.

5.6 IDEIAS DIVERGENTES

Embora a presente obra tenha sido um sucesso em sua publicação e se tornado uma referência sobre o período retratado, a Primeira Guerra Mundial, houve críticas por parte do economista francês Étienne Mantoux (1913-1945). Em 1946, quase três décadas após a publicação da obra de Keynes, o autor francês publicou sua obra *A Paz Cartaginesa* para contrapor as ideias de Keynes. Ele defende que a Alemanha tinha condições de honrar os pagamentos que foram estipulados pelo Tratado devido à sua recuperação econômica e o nível de atividade atingido (FAVORATO, D.; COLOMBO, A., 2020).

O jovem economista francês nasceu em Paris, em 1913, e durante o primeiro ano da Segunda Guerra Mundial serviu na Força Aérea Francesa como oficial de observação de fronteira no Sarre. Em 1941 partiu aos Estados Unidos para realizar pesquisas nos documentos originais do Instituto de Estudos Avançados em Princeton, Nova Jersey e fez a publicação de sua obra.

Nela, o autor argumenta que a indústria alemã teve uma recuperação mais rápida do que a prevista por Keynes e que a Alemanha produziu, entre 1933 e 1939, um superávit de riqueza em relação ao seu passivo destinado ao seu rearmamento (MANTOUX, 1946, p. 124). Em relação à extração de minério de ferro, Keynes havia previsto um declínio na Europa, enquanto de fato em 1929 ela extraiu 10% a mais do que em 1913, seu ano recorde (MANTOUX, 1946, p. 162). Em relação ao ferro e aço, Keynes também previu um declínio em sua produção, mas na realidade em 1927 a Europa extraiu 30% e 38% a mais do que em 1913 (MANTOUX, 1946, p. 162). Keynes previu que as exportações da Alemanha seriam diminuídas nos anos seguintes ao Tratado, porém no primeiro ano as exportações líquidas de carvão totalizaram o valor de 15 milhões de toneladas e em 1926 o volume aumentou para 35 (MANTOUX, 1946, p. 163). Entre outros dados apresentados, o mais importante destacado por Mantoux foi que entre 1933 e 1939 a Alemanha ultrapassou em sete vezes o valor das reparações que lhe foram impostas, as quais Keynes afirmou que ela não seria capaz de pagar, sendo o valor de 400 milhões de libras anuais pelos próximos 30 anos, em seu rearmamento (MANTOUX, 1946, p. 163).

Outro importante ponto que Mantoux critica em relação ao que Keynes afirmou em sua obra foi em relação ao padrão de vida dos europeus após a guerra. O economista britânico havia afirmado que a qualidade de vida sofreria uma redução gradual, no entanto “dez anos após o Tratado, a produção europeia estava bem acima do seu nível anterior à guerra, e na Europa os padrões de vida nunca foram maiores” (MANTOUX, 1946, p. 162).

Em relação às exportações, Keynes argumentou que a Alemanha não conseguiria gerar um superávit de exportação, enquanto o cenário que se estabeleceu foi que elas ultrapassaram as importações em 1927 (MANTOUX, 1946, p. 93). Outro ponto foi que o fluxo de capitais que entrou no país germânico entre 1920 e 1931 foi de 35 a 38 bilhões de notas, enquanto o que foi pago foi de 21 bilhões. Para Mantoux, a crise econômica que ocorreu após a guerra não foi decorrente às reparações do Tratado, mas sim devido a uma crise de superprodução. Para ele, os problemas decorrentes da alimentação, carvão e transportes foram superados e o que Keynes não foi capaz de prever foi a questão da nacionalidade e os conflitos territoriais que pressionavam uma tensão na Europa.

A grande crítica do economista francês à obra publicada em 1919 foi que devido à sua publicação e a influência que ela exerceu na época os Aliados não foram capazes de fazer a Alemanha entregar além de sem excedente. Para Mantoux, a Alemanha foi capaz de preservar superávit suficiente para recuperar sua economia rapidamente e quase de forma completa e renovar seu poder econômico para subjugar o mundo décadas depois, como foi visto na Segunda Guerra Mundial. “Foi para a próxima geração que o Sr. Keynes dedicou seu livro há vinte e cinco anos. Esta é uma resposta que vem dessa geração” (MANTOUX, 1946, p. 203).

Mantoux perdeu sua vida em 29 de abril de 1945 enquanto lutava contra os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial no Vale do Danúbio e não pode ver o seu livro impresso. Já Keynes faleceu na primavera de 1946, alguns meses antes da publicação da obra de Mantoux. Dessa forma, os dois autores não puderam confrontar as suas ideias em um debate em vida.

A obra de Mantoux não obteve a mesma recepção que a de Keynes, mas foi recebida positivamente. No entanto, o economista sul-africano Charles Feinstein, teceu algumas críticas negativas. Ele afirma que os pagamentos eram opressivos à

Alemanha e que causaram instabilidade e foram uma barreira à cooperação economia internacional, diferente do que afirmou Mantoux (FEINSTEIN, 1995, p. 32).

Para Larry Lepper, coordenador de Administração e Economia da Escola de Economia e Finanças da Universidade de Wellington, a obra de Mantoux apresenta um erro grave pois o autor a escreveu décadas depois da publicação da obra de Keynes, ou seja, Keynes não poderia antever o futuro quando projetou o cenário europeu. Além disso, Keynes considerou que o Tratado seria nocivo à economia europeia e devastadora à alemã considerando que todas as medidas do Tratado seriam aplicadas. Só foi possível observar décadas depois que isso não ocorreu.

A principal diferença entre ambas as obras é o tempo que as separa. Enquanto Keynes construiu sua argumentação com base no que ele tinha acesso em 1919 e fazendo projeções das décadas seguintes, Mantoux analisa dados que já estavam disponíveis referentes a um período ocorrido. É notável que o segundo autor teria vantagens em relação ao primeiro.

Com base no que Mantoux escreveu em sua obra, conclui-se que a Alemanha conseguiu reconstruir sua economia pois ela não fez a totalidade dos pagamentos que lhe foram impostos no Tratado. Caso isso tivesse ocorrido, o cenário pós-guerra no país alemão teria sido outro. Isso corrobora o que Keynes afirmou em sua obra de que a Alemanha poderia pagar, no máximo, em reparações 2.000 milhões de libras, ou 2 bilhões de libras, tendo em vista que em 1931 ela fez o pagamento de 1,2 bilhão de libras, próxima à estimativa feita pelo autor britânico.

Para finalizar, Mantoux argumenta que a obra de Keynes foi utilizada por grupos nacionalistas, como o Partido Nazista, para apontar o caráter abusivo do Tratado e que ele não deveria ser seguido pela Alemanha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra *As Consequências Econômicas da Paz* foi uma das obras de maior influência do século XX. Ela foi o relato de alguém que esteve presente em um dos momentos mais marcantes do período, a Conferência de Paris, cujo resultado foi um dos documentos de maior influência política, o Tratado de Versalhes. John Keynes fez de sua indignação ao Tratado a produção de uma obra que viria a interferir nas relações políticas das principais potências europeias à época. Consolidou Keynes como um dos maiores economistas do último século devido à sua capacidade ímpar de leitura da conjuntura econômica europeia e a projeção do futuro europeu decorrente aos efeitos das medidas impostas à Alemanha.

A época em que a obra está inserida, o cenário pós Primeira Guerra Mundial, é fonte de estudos acadêmicos pois a guerra alterou a dinâmica de poder dos países envolvidos no conflito. O mundo até então não tinha visto um conflito militar da magnitude que foi a Primeira Grande Guerra. A dinâmica da guerra e os seus resultados foram responsáveis pelo reordenamento político-econômico da Europa e seria ainda mais acentuado com o desenvolvimento da Segunda Guerra Mundial e os eventos posteriores, como a Guerra Fria, entre outros. Portanto, a obra de Keynes é um retrato de alguém que participou desse momento histórico e cuja contribuição às políticas econômicas da época foi indiscutível.

Dessa forma, o presente estudo contribui no entendimento das consequências das políticas econômicas estabelecidas após o armistício e como elas poderiam moldar o futuro europeu nas décadas seguintes. A análise de Keynes é grandiosa devido ao extensivo detalhamento das econômicas dos países europeus, sempre utilizando dados e números para corroborar suas teses.

A partir da leitura desse estudo, foi possível compreender o posicionamento de Keynes acerca da capacidade da Alemanha de pagamento. O leitor entendeu a perspectiva do autor e lhe foi apresentado ideias contrárias à obra. Foi possível o entendimento de que a Europa ao término da guerra estava com a sua produção industrial e agrícola destruídas, com a sua população debilitada devido às perdas humanas e aos ferimentos causados pela guerra, com seu sistema monetário desestabilizado e seu território desolado.

Keynes fornece ao leitor a visualização de que as reparações de guerra que foram impostas à Alemanha tinham como objetivo de destruir a sua economia, enfraquecendo-a, pois até então ela era uma das maiores potências industriais. Além da Alemanha não ter a menor condição de honrar os valores estabelecidos, seriam confiscados suas colônias e territórios ricos em matérias-primas que eram fundamentais para o funcionamento e desenvolvimento de sua indústria, como a de extração de carvão e minério de ferro.

Os representantes das nações envolvidas na formulação são retratados na obra e duramente criticados por Keynes. O presidente francês, Clemenceau, é o mais criticado devido à sua postura revanchista nas discussões e por ter como objetivo à destruição do sistema econômico alemão. O presidente americano Wilson, apesar de ser o responsável pela concepção dos Quatorze Pontos, aos quais a Alemanha aceitou o armistício, também foi alvo de críticas por Keynes pois não apresentou o comportamento necessário para defender suas ideias, sendo persuadido pelo presidente francês ao ponto em que elas foram abandonadas e desvirtuadas. Por fim, o primeiro-ministro inglês Lloyd George também não foi poupado do parecer negativo de Keynes.

Em relação à economia alemã, tema central da obra analisada, o presente estudo buscou abordar seu dinamismo e caracterizá-la, destacando suas principais fontes de riqueza, como suas colônias, sua marinha mercante, a exploração de carvão mineral e minério de ferro e seu sistema tarifário e ferroviário. O Tratado da maneira que foi arquitetado tinha como finalidade destruir todos esses pontos.

Observando em retrospectiva aos eventos que sucederam o ano de 1919, ano de publicação da obra, é possível concluir que a análise de John Keynes estava correta. Caso as medidas impostas pelo Tratado tivessem sido cumpridas em sua totalidade, a Alemanha teria sua economia destruída. Sua recuperação talvez nunca teria ocorrido ou teria sido de maneira inferior a que se verificou. Keynes, apesar de não ter previsto a ascensão do Partido Nazista, foi claro em estabelecer que o cenário social criado era de tensão e que o ressentimento poderia ser criado em meio à população alemã. Olhando para o passado, nota-se que a sujeição alemã às medidas impostas foram uma das fontes que os nazistas utilizaram para conduzir

a população ao apoio as ideias defendidas pelos representantes do Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães.

As Consequências Econômicas da Paz foi uma, entre tantas outras obras do Keynes, que foram apresentadas as suas ideias econômicas. Embora a corrente de pensamento keynesiano conhecida como keynesianismo só foi retratada formalmente em sua obra A Teoria Geral, Keynes introduz ao leitor o seu posicionamento sobre o papel dos governos em períodos turbulentos economicamente. A atuação do Estado é impreterível em momentos de desequilíbrio econômico. Em Consequências não há a recuperação das economias dos países envolvidos na guerra sem a interferência estatal.

O pensamento dominante no início do século XX era o de laissez-faire, em que era defendido o liberalismo econômico, com a atuação do livre mercado, sem interferências governamentais. A partir da formulação e desenvolvimento do keynesianismo, novos fundamentos econômicos são criados e introduzidos ao debate público e acadêmico sobre o papel dos governos e da iniciativa privada. O keynesianismo, dessa forma, tornou-se de extrema relevância para a macroeconomia moderna.

John Keynes foi um dos maiores economistas do seu tempo e a sua obra, fonte do presente do estudo, consolidou-o como um dos maiores influenciadores do pensamento econômico do século XX cuja influência perdura até os dias de hoje.

REFERÊNCIAS

ALDCROFT, D. *The European Economy: 1914-2000*. 4ª Edição. Londres: Routledge, 2001.

BRITANNICA. **The Economic Consequences of the Peace**. Disponível em: <<https://www.britannica.com/topic/The-Economic-Consequences-of-the-Peace>>. Acesso em: 05 de setembro de 2022.

FAVORATO, D. G.; COLOMBO, A. O. **John Maynard Keynes e Étienne Mantoux: deduções divergentes sobre o Tratado de Versalhes**. Revista de Economia da UEG. Vol. 16, N. ° 2, jul/dez, 2020.

FEINSTEIN, C. H. **Banking, Currency, and Finance in Europe Between the Wars**. Oxford UP, 1995.

KEYNES, J. **As Consequências Econômicas da Paz**. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002.

KEYNES, M. W. **Essays on John Maynard Keynes**. First Paperback Edition. Cambridge University Press, 1980.

MANTOUX, E. **The Carthaginian Peace - or The Economic Consequences of Mr. Keynes**. Oxford University Press, 1946.

MARCHES DE SAES, F. A.; MACCHIONE SAES, A. **História Econômica Geral**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Saraiva, 2013.

MYERSON, R. B. **Political Economics and the Weimar Disaster**. Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE). Vol. 160, N. ° 2, junho, 2004.

PETTIFOR, A. **Balance of power: The Economic Consequences of the Peace at 100**. Nature, 2019. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/d41586-019-02850-8>>. Acesso em: 20 de junho de 2022.